



TEOLOGIA ARMINIANA: MITOS E REALIDADES

Valmir Nascimento Milomem Santos*

OLSON. Roger E. **Teologia Arminiana: Mitos e Realidades**; [Tradução Wellington Carvalho Mariano]. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

Traduzido por Wellington Carvalho Mariano e lançado no Brasil pela Editora Reflexão o livro *Teologia Arminiana: mitos e realidades*, de Roger E. Olson, traz para o debate público a teologia do holandês Jacó Armínio (1560-1609). Olson é professor de teologia no George W. Truett Theological Seminary da Baylor University em Waco, Texas. Autor de *História da Teologia Cristã*, *História das Controvérsias na Teologia Cristã*, *Iniciação à Teologia*, *Contra o Calvinismo*, dentre outros.

Nesta obra Olson apresenta dez mitos produzidos historicamente contra o sistema teológico arminiano, contrapondo com exposições e fundamentos consistentes sobre as reais doutrinas defendidas pelo modelo clássico de Armínio, o qual, segundo afirma, possui lugar de direito na igreja por possuir profundas raízes dentro da teologia reformada, ainda que apresente importantes diferenças com relação ao calvinismo.

Na introdução (p.16-55), Olson apresenta um breve panorama do sistema teológico arminiano. Ele lembra inicialmente que a recente onda de interesse no calvinismo tem produzido bastante

* Graduado em Direito e Teologia; mestrando em Teologia pelas Faculdades EST.





confusão acerca do arminianismo, gerando mitos e equívocos, pois tanto seus críticos quanto parte dos seus defensores o entendem de forma confusa. Enfatiza que a sua abordagem se destinará ao chamado arminianismo de coração em oposição ao arminianismo de cabeça; enquanto o arminianismo de cabeça defende o livre arbítrio a partir do pensamento iluminista e se caracteriza por uma antropologia otimista que rejeita a depravação total bem como a absoluta necessidade de graça natural para a salvação, o arminianismo de coração – sistema teológico original de Armínio, John Wesley e seus herdeiros evangélicos – não nega a depravação total e muito menos a total necessidade da graça divina para a salvação.

Na sequência, a obra é dividida em dez capítulos, e em cada um deles o autor expõe e refuta os principais mitos acerca do sistema teológico arminiano produzidos ao longo da história.

No primeiro capítulo, *Mito 1: A Teologia Arminiana é o oposto da Teologia Calvinista/Reformada* (p. 56-76), Olson sustenta que, muito embora muitos teólogos insistam em excluir a teologia arminiana da herança reformada, o arminianismo clássico está compreendido nessa tradição, isso porque as origens e temas comuns são abundantes e as ênfases partilhadas são numerosas. Tanto calvinismo quanto arminianismo não são o próprio evangelho, mas tentativas falíveis de interpretá-lo à luz das Escrituras, e ambas podem honrá-la ainda que uma ou outra esteja errada em determinados pontos. Dois pontos realçam a conexão entre a teologia de Armínio e a teologia reformada: a ênfase na glória de Deus e o uso da teologia federal ou da aliança. No primeiro aspecto, Armínio estava em sintonia com a teologia reformada em sua visão da glória de Deus como o fim ou propósito de tudo na criação e redenção. Por seu turno, a teologia federal ou de dois pactos também guarda semelhança com a própria teologia pactual calvinista, que “considera o relacionamento divino-humano governado por dois pactos: um embasado nas obras e outro embasado na graça” (p.67). Apesar de acusações contrárias, Armínio enfatizou a depravação total e rejeitou uma antropologia





otimista, além de asseverar que em virtude da queda de Adão, toda humanidade estava sob o domínio do pecado e que “neste estado, o Livre-Arbítrio do homem para com o Verdadeiro Bem não apenas está ferido, desfigurado, enfermo, inclinado e enfraquecido [attenuatum]: como também está cativo [captivum], destruído e perdido. E suas forças não só estão incapacitadas e inúteis a menos que assistido pela graça, mas ele não possui quaisquer poderes exceto os que forem estimulados pela graça Divina” (p.72).

No segundo capítulo, *Mito 2: Uma mescla de Calvinismo e Arminianismo é possível* (p.77-98), Olson esclarece que apesar dos pontos comuns, calvinismo e arminianismo são sistemas de teologia cristã incompatíveis; não há um meio termo estável entre eles nas questões determinantes para ambos, não se podendo falar em uma teologia híbrida, um “calminianismo”. A diferença entre os dois sistemas teológicos é profunda e está focada nos três pontos do meio do famoso acróstico calvinista, TULIP: depravação total, eleição incondicional, expiação limitada, graça irresistível e perseverança dos santos. As duas partem igualmente da interpretação das Escrituras, mas chegam a conclusões opostas, em virtude de perspectivas diferentes. De igual modo, há uma divergência abissal na compreensão do livre-arbítrio. Calvinistas acreditam no livre-arbítrio compatível com o determinismo, no sentido de que as pessoas são livres conquanto possam fazer o que querem fazer – mesmo se Deus estiver determinando os seus desejos. Por outro lado, para a teologia arminiana o livre-arbítrio compatibilista não é livre-arbítrio de nenhuma forma. Sustenta-se, nessa perspectiva, que a graça preveniente de Deus restaura o livre-arbítrio de maneira que os humanos podem responder em fé para a graça ou resisti-la em não arrependimento e descrença. Daí que, em temas essenciais da soteriologia não é possível se falar em um meio termo entre arminianismo e calvinismo. “O calminianismo só pode ser defendido em desafio à razão; e por fim, todo calminianismo acaba sendo uma forma disfarçada de calvinismo ou arminianismo, ou ele desloca inexoravelmente para um lado ou para o outro” (p.98)





No capítulo terceiro, *Mito 3: O Arminianismo não é uma opção evangélica ortodoxa* (p.100-123), Olson lembra que as acusações contra o arminianismo como sendo não ortodoxo (arianismo, socianismo, pelagianismo, semipelagianismo, humanismo ou teologia liberal) são inverídicas e representam o desconhecimento do arminianismo genuíno, principalmente a sua cristologia. Nesse sentido, Armínio nunca negou a deidade de Jesus Cristo (ideia básica do arianismo) e rejeitou severamente o socianismo, a doutrina advinda de Fausto Socino que além de negar a divindade de Jesus negou a trindade ontológica, a expiação substitutiva e o pecado original como depravação total herdada. Igualmente, as acusações de pelagianismo e semipelagianismo são descabidas, na medida em que divergem da teologia de Armínio. O arminianismo clássico está em consonância com a ortodoxia cristã pois inclui a crença na inspiração sobrenatural das Escrituras e sua suprema autoridade para a fé e práticas cristãs, de modo que as suas reivindicações e fundamentos não partem da filosofia ou da razão, à parte da revelação divina; confessa a glória e a majestade transcendente de Deus e a sua soberania; afirma a deidade ontológica de Jesus Cristo e a Trindade. Mais ainda, é uma teologia da graça que afirma a justificação pela graça somente por meio da fé somente.

Na sequência o autor expõe o *Mito 4: O cerne do Arminianismo é a crença no livre-arbítrio* (p. 124-147). Tal ideia, de acordo com Olson, é infundada, pois embora o livre-arbítrio esse seja um item importante na teologia arminiana, não constitui, por outro lado, o seu maior valor ou o seu primeiro princípio. Na verdade, o fundamento está no caráter de Deus e na sua bondade, resultando daí a crença no livre-arbítrio. “Deus revela a si mesmo com incondicional e inequivocamente bom, o que não exclui a justiça e a retribuição de ira. Ela apenas exclui a possibilidade de Deus pecar, de desejar que outros pequem ou que causem o pecado” (p.128).

No capítulo cinco, *Mito 5: A Teologia Arminiana nega a Soberania de Deus* (p.148-174), afirma-se que o arminianismo vai além da crença





em uma providência geral para incluir a afirmação do envolvimento íntimo e direto de Deus em todo evento da natureza e história, de modo que nada pode acontecer sem a sua permissão. Porém, o arminianismo rejeita a ideia de Deus como autor do pecado e do mal. Quanto ao governo, calvinistas geralmente acreditam que o controle de Deus sobre a história humana já está sempre e de facto, de forma determinística; enquanto arminianos clássicos defendem que o controle de Deus sobre a história já está sempre de jure – por direito e poder, se não completamente exercido – mas no presente apenas parcialmente de fato, sem excluir a liberdade humana. Alguns calvinistas, a exemplo de Edwin Palmer, assumem a doutrina de que todas as coisas são realizadas por Deus, até o pecado e o mal. O arminianismo rejeita essa concepção da soberania divina. De acordo com Armínio, Deus pode, de fato, fazer o que lhe aprouver com o que é seu; mas Ele não pode desejar fazer com o que é seu aquilo que ele não pode legitimamente fazer, pois Sua vontade está circunscrita aos limites da justiça – não a justiça humana, mas a justiça enquanto caráter de Deus. Portanto, o arminianismo clássico entende o controle de Deus no sentido de que Ele permite, coopera e traz o bem para os seus planos e propósitos, sem desconsiderar a liberdade humana.

No sexto capítulo, *Mito 6: O Arminianismo é uma teologia centrada no homem* (p.175-203), refuta tal alegação dizendo que uma antropologia otimista é contrária ao verdadeiro arminianismo. O arminianismo clássico, de fato, diz que as pessoas podem escolher Deus, mas apenas com a ajuda do Espírito Santo. Isso se chama graça preveniente. Com efeito, ao contrário da versão popular, Armínio não acreditava na habilidade moral humana natural após a Queda de Adão; diferentemente, como já afirmado, ele acreditava na depravação total, incluindo a escravidão da vontade para o pecado; no pecado original como corrupção herdada, afetando cada aspecto da natureza e personalidade humanas. A graça liberta a vontade da escravidão ao pecado e ao mal, e lhe dá a habilidade de cooperar com a graça salvífica ao resistir a ela (o que não significa contribuir





com a algo ao seu trabalho). Para Armínio, a habilidade humana de cooperar com a graça de Deus é ela mesma um dom de Deus; ele era otimista em relação a graça divina, não em relação à natureza humana, caída e escrava.

Neste capítulo, *Mito 7: O Arminianismo não é uma teologia da graça* (p.204-231), sustenta-se que a afirmação é falsa pois o arminianismo clássico sempre rendeu a Deus toda a glória para a salvação; sempre negou a justiça por intermédio do desempenho ou boas obras e sempre aderiu entusiasticamente à salvação pela graça somente através da fé. No cerne do sistema teológico arminiano está a graça preveniente. Ela é a poderosa, porém resistível, atração de Deus para que o pecador se arrependa (Jo 6). Desse modo, acredita-se que se uma pessoa é salva, é porque Deus iniciou uma relação e habilitou tal pessoa a responder livremente com arrependimento e fé. Ela envolve quatro aspectos: chamada, convicção, iluminação e capacitação. Desse modo, ninguém pode ser salvo sem o auxílio sobrenatural, do início ao fim, do Espírito Santo. Basta que a pessoa não lhe resista. De acordo com Olson, “a graça cura a ferida mortal do pecado e capacita os humanos, que, caso contrário, estariam na escravidão da vontade ao pecado, a responder livremente à mensagem do evangelho” (p.208). O fato de a pessoa aceitar e não resistir à graça não o torna de modo algum merecedor de alguma coisa, afinal a própria graça é a causa primeira do livre-arbítrio.

No oitavo capítulo, *Mito 8: O Arminianismo não acredita na predestinação* (p.232-258), a realidade apresentada é que a predestinação é um conceito bíblico; o arminianismo clássico a interpreta de maneira diferente dos calvinistas, mas sem negá-la. É o decreto soberano de Deus em eleger crentes em Jesus Cristo e inclui a presciência de Deus da fé destes crentes. De acordo com o autor, difundiu-se a ideia de que calvinistas acreditam na predestinação, enquanto arminianos não. Na verdade, até mesmo os eruditos contrários sabem que a interpretação de Armínio sobre a predestinação é diferente do calvinismo, daí porque a chamam de não bíblica e ilógica. Ocorre que os arminianos





não acreditam, à luz da interpretação bíblica, que Deus predetermina ou pré-seleciona pessoas para o céu ou inferno. A predestinação tem um significado pessoal (presciência de escolhas individuais) e um significado coletivo (eleição de um povo); a primeira é condicional, a última incondicional. O teólogo holandês definiu predestinação como “o decreto de boa vontade de Deus em Cristo, pelo qual ele resolveu dentro de si mesmo desde a eternidade justificar, adotar e dotar com vida eterna, [...] crentes sobre os quais ele havia decretado conceder fé” (p.235). Mas, como Olson observa, os “crentes” que Deus decreta justificar, adotar e dotar de vida eterna desde toda a eternidade, na visão de Armínio, são simplesmente aquele grupo de pessoas que aceita a oferta divina do dom da fé, que não resistem a graça preveniente. Armínio se opunha à predestinação que excluía pessoas específicas de qualquer possibilidade de salvação, outorgando incondicionalmente fé a outras.

No capítulo nove, *Mito 9: A Teologia Arminiana nega a justificação pela graça somente através da fé somente* (p.259-285), Roger Olson diz que apesar das críticas de que Armínio e seus seguidores teriam deserdado da tradição da reforma protestante acerca da graça somente, reintroduzindo a salvação pelas obras, o fato é que o arminianismo clássico sempre defendeu que a justificação é um dom da graça de Deus que não pode ser merecido ou obtido. No cerne do sistema teológico arminiano está a negação de que a fé é a causa eficaz meritória da justificação; ela é sempre a única causa instrumental da justificação. Armínio afirmou: Creio que os pecadores são tidos por justos unicamente pela obediência de Cristo; e que a justiça de Cristo é a única causa meritória por conta da qual Deus perdoa os pecados dos crentes e os considera justos como se tais tivessem perfeitamente cumprido a lei. Mas uma vez que Deus não imputa a justiça de Cristo e ninguém, exceto aos crentes, eu concluo que, neste sentido, dela podemos bem e propriamente dizer: Ao homem que crê, a Fé lhe é imputada por justiça por intermédio da graça – pois Deus propôs seu filho Jesus Cristo para ser a propiciação, um trono de graça [ou propiciatório] por intermédio da



fé em seu sangue. Por isso, Olson indaga: O que Armínio poderia ter dito para torná-lo mais protestante? Ele ainda afirma que a única área em que a teologia arminiana e a teologia reformada calvinista diferem acerca da justificação tem a ver com qual justificação ou a justificação de quem é imputada aos crentes.

No último capítulo, *Mito 10: Todos os arminianos acreditam na Teoria Governamental da Expição* (p.286-314), Olson enfatiza que muitos críticos do arminianismo acusam-no de conduzir ao universalismo ou à crença de que a morte de Cristo na cruz, na verdade, não salvou ninguém, em virtude da necessidade da participação do homem. Tais acusações partem dos defensores da expiação limitada, pela qual Cristo teria morrido somente por algumas pessoas, e não por todos, como afirma João 3.16. Mas o arminianismo diz que a exclusividade do sangue de Jesus Cristo; sua morte expiatória possibilitou a salvação a todas as pessoas; mas ela é, de fato, concretizada quando os humanos a aceitam por intermédio do arrependimento e fé. Outra ideia errônea é a de que todos os arminianos defendem a teoria governamental da expiação (primeiramente articulada por Hugo Grócio) e não a expiação substitutiva. Mas, Armínio não acreditava em tal teoria governamental (assim como Wesley e seus seguidores do Século XIX), em que Cristo teria suportado o sofrimento como uma alternativa à punição no lugar dos pecadores. Entretanto, Olson diz que até mesmo a teoria governamental inclui um elemento de substituição. Armínio dizia que de acordo com as Escrituras, Cristo morreu por todas as pessoas sem lesar uma única pessoa sequer e que a sua morte satisfaz as exigências de justiça para os que creem. Ele deu muita atenção a 2 Coríntios 5.19, onde Paulo escreveu que Deus estava reconciliado consigo o mundo. Ele também escreveu sobre muitas outras passagens onde o “mundo” é mencionado como o objeto de amor e vontade de redenção em Cristo: Jo 1.29; 3.16; 4.42; 6.51; 1 Jo 2.2; 4.14. Com efeito, segundo Armínio, o motivo de Deus ter enviado Cristo foi a compaixão, mas também a justiça; pois as duas coisas não podem ser separadas. Deus queria remir os pecados das



pessoas caídas e reconciliá-las consigo, mas ele não poderia fazer tal coisa sem satisfazer sua justiça, que o pecado prejudicou. Mas, se a morte de Cristo satisfizesse a justiça de Deus para todos, por que todos não são salvos? Armínio então responde: “Pois os pecados dos que por amor de Cristo morreu estavam de tal maneira condenados na carne de Cristo, que eles, por este fato, não estão livres da condenação, a menos que, de fato, creiam em Cristo” (p.294).

Na conclusão, o livro termina com as Regras de Engajamento entre Calvinistas e Arminianos Evangélicos (p.315-320), ocasião em que o autor enfatiza a legitimidade do sistema teológico arminiano e a necessidade da sua defesa nos círculos acadêmicos, a qual deve ser feita com orgulho e com vistas a desaparecer os seus estigmas. Lembra ainda que qualquer crítica ao arminianismo deve ser com conhecimento de causa, após a leitura de Armínio e de teólogos arminianos clássicos. Assim como, os arminianos devem se abster de criticar o calvinismo até que tenham lido Calvino e alguns teólogos reformados que o seguem muito de perto.

Desse modo, *Teologia Arminiana: mitos e realidades*, de Roger Olson, é uma obra relevante para a discussão teológica sadia, principalmente para esclarecer e desfazer equívocos contra um sistema teológico que, apesar de utilizado em grande parte das igrejas cristãs, é ainda mal compreendido e equivocadamente criticado.

